

REFLEXÕES SOBRE O DESAFIO DO PROCESSO EDUCATIVO NO TRABALHO

COOPERADO: Interação no fazer coletivo

Maria Nezilda Culti

RESUMO

Diante das transformações ocasionadas pelo avanço tecnológico e pela globalização da economia, intensificados nas últimas décadas, surgem alterações na vida social com destaque para as relações de trabalho. Cada vez mais, palavras de ordem como flexibilização, fragilização e desemprego crescente, aumentam o contingente dos socialmente excluídos.

Constata-se o surgimento de um movimento de resistência, aparentemente, nascido das camadas populares, que visa resgatar a dignidade dos trabalhadores. Trata-se de uma rede de iniciativas no campo popular que busca fazer frente à crise da vida social por meio da geração de novas formas de produção, trabalho e renda, a qual vem-se denominando Economia Solidária. Esta economia constitui-se em diversos ramos de pequenos empreendimentos populares, tais como cooperativas de trabalho e produção, associações de trabalhadores, empresas familiares etc.

Concomitante, despontam nos meios acadêmicos, propostas de apoio, assessoria e acompanhamento a esses empreendimentos, traduzidos em redes, tais como a Rede de ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), o rol de Núcleos da UNITRABALHO (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho), dentre outros, que têm se dedicado à *incubagem*¹. Justifica-se tal atuação como o resgate do compromisso que a Universidade, principalmente a pública, tem para com a sociedade que a

¹ Incubagem entendida como o acompanhamento sistêmico a grupos de cooperados em formação ou cooperativas, tendo em vista o suporte técnico desses empreendimentos. Segundo Gonçalo Guimarães ex-coordenador geral da Rede de ITCPs, o objetivo inicial das incubadoras é organizar, formar e requalificar trabalhadores para possibilitar a entrada no mercado formal de trabalho – seja através de empresas autogeridas ou cooperativas (Guimarães, 1999, p.11)

mantém. A priori, pode-se dizer que a Universidade disponibiliza seu saber técnico e científico estendendo-o à comunidade.

Evidentemente, a estrutura física e humana da Universidade, esta última constituída por seu corpo docente, técnico e discente são fatores que podem vir a credenciá-la, diante das comunidades em que estão inseridas, como canal de interlocução e referência para integrar-se no processo de formação de cooperativas e outros tipos de iniciativas de geração de trabalho e renda.

Para gerir um empreendimento coletivo, o trabalhador cooperado necessita, compreender e vivenciar os princípios fundamentais do cooperativismo e consolidar a democracia no interior da cooperativa. Trata-se de um processo de educação que o prepara para produzir, abandonando a perspectiva individualizada adquirida anteriormente, internalizando a dimensão do trabalho coletivo. Adota-se novas estratégias, pensando em novas soluções, objetivando recriar uma nova realidade.

Essa tentativa se resume em um processo de educação do trabalhador que inclui o retorno ou a primeira ida à educação escolar regular, que deve ser acompanhado por uma equipe de assessoria multidisciplinar, objetivando proporcionar também conhecimentos organizacionais, tecnológicos e práticos aos grupos cooperados já existentes ou em formação, de maneira que os mesmos possam por si caminhar e resolver os entraves do seu cotidiano. Não se trata apenas de considerar a prática de uma educação diferenciada, mas sim denotá-la como mudança de mentalidade quanto ao trabalho individualizado para o qual o trabalhador sempre foi preparado e assumir sob a perspectiva crítica uma postura diferenciada e o compromisso coletivo. É uma tarefa que tem o sentido de valorizar o saber acumulado do grupo e a ele acrescentar conhecimentos básicos de trabalho coletivo.

Trata-se, pois de desencadear um processo de passagem do trabalho alienado para o trabalho consciente (que pode ser utilizado como suporte do processo de libertação) e deste para a criatividade transformadora, onde a pessoa decide com autonomia e liberdade. (RECH, 2000: 101)

A cultura capitalista gerou uma sociedade individualista, cética no trabalho cooperativo e coletivo. É difícil trabalhar nos grupos a idéia de socialização do conhecimento. Foram séculos de favorecimento do individual sobre o coletivo e de desconfiança no outro. Vivemos

num mundo competitivo, onde o saber, sob a forma de poder impede que as informações sejam serenamente coletivizadas.

Nesse sentido o esforço conjunto tanto dos grupos em formação quanto da própria equipe de educadores é imenso e deve ser constante para reverter o quadro que impregnou a consciência dos indivíduos de forma a transformar o outro em rival, nunca em aliado. É preciso administrar as diferenças, não renegando suas aspirações individuais, mas realizando seus desejos de forma conjunta, em cooperação. Trata-se de unir “saber científico” a “saber popular” numa tentativa de transformação da prática cotidiana. Nesse exercício devem ser quebrados os velhos valores estabelecidos pelos princípios capitalistas.

Valorizando a identidade individual através da capacidade e não da imagem, resgata-se o sentido de cidadania. A partir dela pode-se formar uma nova identidade, a coletiva. Essa identidade nasce do processo educativo inerente ao trabalho cooperativo, da união das várias capacidades individuais, do trabalho realizado em conjunto ou através de processos diferentes, mas conexos. A aquisição do conhecimento dá-se de várias formas, mas está intimamente ligada à experiência. O homem adquire conhecimento através da experiência no mundo, própria ou de outrem. A comunicação dessa experiência, portanto, dá-se de forma dialética. É ingênuo supor que esse conhecimento possa ser tomado como algo que, segundo Freire,

“(…) deve ser transferido e depositado nos educandos. Este é um modo estático, verbalizado, de entender o conhecimento(…) Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. (...) pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato” (p. 27)

No papel da Universidade, há que se levar em conta o saber acumulado de que o próprio grupo dispõe e com o qual o agente educador deve interagir. Por esse prisma, não é

possível falar em “transmissão de conhecimentos”, como algo que se dá a alguém “que não sabe”, melhor falar, em “partilha de conhecimentos”, que pressupõe uma troca. Desse modo, a Universidade não somente leva o conhecimento como vai buscar na interação com o grupo, a tarefa de perceber-se a si e à sua realidade, encontrar no grupo soluções para o seu cotidiano, que podem, não, necessariamente, ser aquelas que o conhecimento acadêmico construiu.

Pode-se, assim, pensar em como esse trabalho educativo deva ser organizado, estruturado para que se apresente como uma proposta ao mesmo tempo inovadora e que congregue e englobe os interesses diversos dos indivíduos e do grupo.

É nesse ponto que cresce o compromisso dos agentes sociais que atuam junto aos grupos cooperados/associados, o de interagindo com ele despertar para a realidade de sua condição e humanizar-se junto com ele. Aí, reside um dos pontos fundantes, ou seja, estes agentes educadores estão suficientemente conscientes, preparados e compromissados com um fazer coletivo, se, em seu ambiente acadêmico, tal prática é insuficiente e questionável por parte dos que não acreditam ser esta uma das tarefas da academia? Isso nos faz lembrar as críticas feitas à Universidade quando se fala que ela só tem conhecimento teórico, faltando-lhe a experiência prática; que ela prioriza a pesquisa e a atividade de extensão é secundarizada em relação ao ensino e a pesquisa, etc. Acreditamos que cabe aos agentes educadores a mediação desse processo de transformação. Todavia, será que estamos em condições reais de proporcionar essa mediação? Desse modo a Universidade poderá intervir de forma libertadora nesse processo?

Outro questionamento importante que costuma surgir, enquanto parceiros e orientadores/educadores na formação de empreendimentos cooperativistas de trabalho é como preservar a autonomia do grupo diante da realidade do conhecimento técnico que a Universidade, através dos técnicos, educadores e assessores multidisciplinares detém. Esse saber não geraria uma relação de dependência do grupo ao corpo técnico que inviabilizaria seu “caminhar com as próprias pernas”? De fato, esse é um problema sério que não poucos agentes sociais e equipes técnicas têm enfrentado. A resposta pode residir no estímulo à formação da identidade cooperativista.

Não existem soluções prontas, o trabalho está em construção e revisão permanentes. Entretanto, esse é um desafio fundamental tanto para o grupo, como para quem se dedique a fazer à prática educativa. Buscar respostas conjuntas parece ser a resposta mais viável.

Portanto, de tudo o que foi exposto conclui-se que há muito trabalho a se feito no sentido de buscar novas formas de inserção e interação com os grupos acompanhados, que perpassam o reconhecimento de que a Universidade, embora detenha um saber específico, não é possuidora do saber total.

